

Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina

Quality of democracy, presidential elections and support for democracy in Latin America

Rodrigo Stumpf González

Rodrigo Stumpf González es Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
E-mail: rsg65@terra.com.br

resumo

Em um período recente o debate sobre a democracia tem sido focado na avaliação de sua qualidade. Um dos aspectos envolvidos é o referente aos critérios de avaliação, sendo defendido por diversos autores a necessidade de considerar variáveis relativas à cultura política. Este trabalho propõe, com base na teoria da cultura política, a inclusão entre as variáveis de avaliação da qualidade da democracia as referentes ao apoio e a satisfação com a democracia, buscando avaliar, utilizando dados do Latinobarômetro de 1996 a 2009, de que maneira os processos de eleição presidencial na América Latina se constituem ou não em uma variável independente que impacta o apoio aos regimes e governos, influenciando sobre a estabilidade democrática e tornando-se um fator de diferenciação de sua qualidade.

palavras-chave

eleições / presidencialismo / democracia / qualidade / cultura política

summary

In recent years the debate about democracy has focused in evaluating its quality. One of the issues is that of criteria of evaluation, being needed, according some authors, to take in account cultural variables. This paper proposes, based in political culture theory, to include support and satisfaction with democracy as variables to evaluate democracy, using data from Latinobarometer from 1996 to 2009 to find how presidential elections in Latin America could or not be an independent variable that impacts support for regimes and governments, having influence on democratic stability and being a factor for difference in its quality.

keywords

elections / presidentialism / democracy / quality / political culture

Introdução

Depois de mais de uma década me que o debate latino-americano da ciência política esteve concentrado nos problemas referentes aos processos de transição e consolidação dos regimes, em um período recente o debate sobre a democracia tem sido focado na avaliação de sua qualidade. Um dos aspectos envolvidos é o referente aos critérios de avaliação. Os principais índices tendem a concentra-se em aspectos institucionais, sendo defendido, no entanto, por diversos autores, a necessidade de considerar variáveis relativas à cultura política.

Este trabalho propõe, com base na teoria da cultura política, a inclusão entre as variáveis de avaliação da qualidade da democracia as referentes ao apoio e a satisfação com a democracia, na sua relação direta com um dos elementos centrais do modelo institucional de democracia predominante no continente: as eleições presidenciais.

Sendo um elemento de legitimação poderia influir sobre a estabilidade democrática e tornar-se um fator de diferenciação de sua qualidade. Utilizando-se dados do Latinobarômetro de 1996 a 2009, busca verificar-se de que maneira os processos de eleição presidencial na América latina se constituem ou não em uma variável independente que impacta o apoio aos regimes e governos.

Primeiramente é apresentado o debate sobre o conceito de democracia e a medição de sua qualidade. Na segunda sessão se discute o conceito de cultura política e sua relação com a avaliação da democracia. Em seguida, são propostas as hipóteses de trabalho, examinadas com base nos dados do Latinobarômetro na sessão seguinte. Por fim, são discutidas as conclusões preliminares deste trabalho.

A democracia – dos adjetivos aos índices

O século XX terminou tendo passado a experiência do mundo bipolar, dividido entre os defensores de economias de mercado e planejamento estatal, capitalismo e socialismo e vencido dois momentos de expansão do autoritarismo, da experiência fascista dos anos 30 e das ditaduras de segurança nacional. No novo século a democracia parece ter se tornado um dos temas centrais da ciência política.

A democracia foi inicialmente uma invenção dos gregos, mais especificamente dos atenienses, que entre outras criações de sua época clássica, decidiram ampliar os direitos de cidadania, permitindo que todos os homens livres, filhos de pai ateniense, a partir de uma determinada idade, se reunissem na Agora e decidissem os destinos da cidade. Esta forma de governar Atenas foi denominada democracia e é enaltecida por Péricles como um grande avanço em relação a outros povos, em seu célebre “Discurso do Funeral” (Tucídides, 1982).

Entre os filósofos gregos mais importantes para o desenvolvimento da teoria política, Platão e Aristóteles, no entanto, a democracia é apresentada com algumas reservas, sendo definida em determinado momento por Aristóteles como “governo dos pobres” e incluída em sua tipologia como um desvio imperfeito do governo da maioria. Platão, em “O Político” aponta a inexistência de um termo para diferenciar a boa e a má forma de governo popular, sendo ambas denominadas democracia (Bobbio, 1982).

A presença da democracia no debate político no século XVIII, mesmo entre os reformistas mais radicais, como Jean Jacques Rousseau, inclui considerações sobre as impossibilidades de sua implementação no mundo moderno (Rousseau, 1990). Os pais fundadores da Constituição dos Estados Unidos da América estavam mais atraídos pela idéia de República do que de democracia (Hamilton, Madison e Jay, 1984).

A evolução do modelo democrático, de uma forma de governo direto do povo para um mecanismo de escolha de governantes também não foi despida de ataques de críticas dos mais variados campos políticos, tanto da esquerda como da direita. Nos primórdios do século XX correntes marxistas denunciavam a democracia representativa como uma mistificação, a ser substituída pela ditadura do proletariado. Os regimes fascistas a criticavam pela fraqueza de suas lideranças, cujas decisões eram restringidas por freios e contrapesos de parlamentos e tribunais.

Ao final do século XX este parecia um debate superado. Nas últimas três décadas houve uma grande transformação em várias partes do mundo de regimes autocráticos para governos eleitos por meio de processos eleitorais, o que, considerando-se um conceito minimalista, significaria uma transição pra a democracia. Neste contexto Samuel Huntington (1994) saudou a emergência da terceira onda democrática.

Mesmo os regimes autoritários remanescentes, como as monarquias absolutistas do mundo árabe, em períodos mais recentes, buscaram cercar-se de instituições proto-representativas, que embora possam ser despidas de poder real, apresentariam uma imagem de poder compartilhado e diálogo entre monarca e sociedade, tentando responder a propostos por maior participação em seus países nos entre os vizinhos.

Assim, a distinção construída ao longo do século XX, entre regimes autoritários e democráticos, passou a ter a sua utilidade diminuída. No entanto, devido à grande diferença de funcionamento entre estes regimes de democracia eleitoral, seja pelos graus de desigualdade, de respeito às liberdades civis, ou de pluralidade nos processos eleitorais, tornou necessário à criação de um critério de distinção.

Autores como Baquero (2007) identificam uma perda de credibilidade das instituições representativas formais na América latina, passados alguns anos do retorno à democracia, devido à sua incapacidade de solucionar os problemas relacionados à desigualdade social.

Neste sentido, atualiza-se a proposição de Platão de que podem existir boas e más formas de democracia, mas elas levam o mesmo nome (Bobbio, 1982). A distinção mais utilizada ao longo do século XX foi a adjetivação das formas de democracia (Wolfe, 1980). No entanto, como tais distinções envolvem um grau alto de divergência conceitual, tanto no nível abstrato como em termos de operacionalização do conceito, mais recentemente tem sido proposta uma diferenciação em termos de graduação, passando de uma diferenciação nominal para uma de caráter ordinal.

Na última década, vários autores como Schmitter (2004), Morlino (2007, 2010) e O'Donnell (2013) começaram a discutir índices de qualidade da democracia e

seus critérios e possíveis formas de medição. Diferentes conjuntos de critérios têm sido propostos, na maior parte dos casos estando centrados em aspectos institucionais. Seguindo uma preocupação manifestada por Inglehart (2003), este trabalho busca discutir aspectos relacionados a critérios de avaliação da democracia que incluam variáveis de caráter cultural, dentro da tradição da cultura política.

Qualidade da democracia e cultura política

Com “The Civic Culture”, de Gabriel Almond e Sidney Verba não só se iniciou um campo frutífero de estudos na ciência política, com fundamento no conceito de cultura política, mas também se desenvolveu uma polêmica sobre como se dá a relação entre instituições e padrões culturais. (Almond e Verba, 1989).

Uma das teses desenvolvidas nesta obra é a relativa à congruência. Segundo esta proposição regimes políticos nos quais exista congruência entre os padrões culturais da população em termos políticos e as instituições existentes são mais estáveis.

A diferenciação entre níveis abstratos e concretos de apoio ao sistema político foi em grande parte desenvolvida por David Easton (1957, 1968), tendo posteriormente sua aplicação sendo refinada para distinguir diferentes níveis de identificação e apoio, desde a avaliação mais direta da ação de determinados governantes até a identificação com a própria comunidade política (Norris, 1999).

A tese da congruência explicaria a estabilidade de um determinado regime. Porém, dada a relação de influência recíproca entre cultura e instituições, não é possível definir uma relação de causalidade de um único sentido. Estudos como os de Inglehart e Welzel (2009) apontam para uma influência maior da mudança cultural sobre a democratização do que da democracia previamente existente sobre a mudança de valores, mas este ainda é um tema polêmico.

Porém a variável cultural têm sido incorporada não só como elemento explicativo da mudança dos regimes, mas também como elemento de avaliação da qualidade dos regimes existentes.

A cultura política é um dos critérios incluídos em alguns destes índices, como por exemplo, no do da Revista *The Economist* (Kekic, 2007). Entre as variáveis utilizadas, estão incluídas o apoio e a satisfação com a democracia.

Este seria um dos fatores capazes de diferenciar os regimes, identificando os seus fundamentos e permitindo uma classificação do tipo ordinal entre as democracias existentes.

A medida destas variáveis não é isenta de polêmicas. Ao discutir as medidas de apoio à democracia e satisfação com a democracia, Mishler e Rose (2001) as chamam de enfoque idealista, considerando que haveria uma diferença fundamental na resposta á estas questões por parte de cidadão de democracias consolidadas e de cidadão de países com regimes em transformação. Os primeiros teriam parâmetros para avaliar a democracia, enquanto os segundos estariam se manifestando em abstrato.

Moisés (2005, 2010), analisando a posição dos cidadãos da América latina sobre a democracia constata a existência de uma posição ambígua de parte da população

em relação à democracia, chamando a atenção para a importância do peso dos que ainda consideram aceitável um regime autoritário.

Inglehart (2003) constata um declínio do apoio à democracia em diferentes partes do mundo, como no Leste Europeu e na América Latina, passado certo tempo depois das transições.

Neste trabalho se considera que um dos elementos a ser considerado no debate sobre a qualidade da democracia é o nível de estabilidade do regime, que seguindo as proposições de Almond e Verba (1989) e de Easton (1968), relaciona-se com a congruência entre a cultura política e as instituições e com o apoio dado pela população às instituições e aos governantes. A da operacionalização da medida apoio à democracia, de forma abstrata e concreta seria feita por meio de questões diretas sobre a preferência e a satisfação com o regime. No entanto, levando em conta os argumentos de Mishler e Rose (2001) e Baquero (2007, 2011), seria preciso levar em conta também a análise da influência de fatores conjunturais e de eventos de grande impacto no resultado desta medição.

Conforme a análise de Baquero e González (2011), as eleições presidenciais, podem preencher um papel contraditório como elemento de impacto. Por um lado, cada eleição pode ser considerada um evento conjuntural que potencialmente pode afetar a manifestação dos eleitores. Por outro, a realização de eleições contínuas e periódicas poderia ter efeitos de longo prazo, como mecanismo de socialização, par além do impacto conjuntural de cada processo individual. Esta relação entre apoio à democracia e eleições presidenciais na América latina passa a ser analisada a seguir.

Eleições presidenciais e o apoio à democracia

Provavelmente as eleições presidenciais são o evento político de maior magnitude dentro de uma democracia, do ponto de vista eleitoral, nos países que adotam o regime presidencialista, o que é o caso da esmagadora maioria da América latina.¹

Esta importância pode ser considerada tanto do ponto de vista da mobilização de recursos na campanha eleitoral como do peso político do cargo em disputa na definição dos rumos a serem seguidos pelo país.

Este é o momento em que o debate político torna-se mais presente na vida das pessoas, independente de seu grau de politização, pela interpelação da propaganda política nos meios de comunicação, pela ampliação da cobertura jornalística e pela realização de comícios com afluxo massivo de público, seja pelo interesse nos discursos, seja pelo uso de mecanismos de atração, como a realização de shows e a presença de personalidades do mundo artístico.

Até que ponto a realização de eleições presidenciais e seu resultado impactam a percepção da população sobre a democracia? Este trabalho busca analisar dois possíveis tipos de impacto provocados pelo processo eleitoral: o da educação cívica e o da satisfação com o resultado.

O primeiro deriva de uma corrente teórica que remonta a John Stuart Mill, segundo apontado por Pateman (1992), para a qual a participação nas eleições teria

função de educação cívica, tornando o eleitor mais capaz de intervir no mundo político na medida em que vote continuamente.

Passando de uma perspectiva racionalista para a teoria da cultura política, poderia se considerar que a realização de eleições de forma repetida e consolidada possa funcionar como um fator de socialização em prol de uma cultura política democrática (Baquero e González, 2011).

Esta perspectiva leva à **hipótese da socialização**. Segundo esta hipótese a construção de uma cultura política democrática seria o resultado do funcionamento de instituições democráticas de forma contínua, devendo se esperar que os níveis de apoio à democracia cresçam ao longo do tempo com a realização de eleições.

Com a realização periódica de eleições as pessoas teriam a oportunidade de experimentar a participação no processo político. Embora sua satisfação com os resultados do regime possa variar ao longo do tempo, o apoio difuso à democracia deveria ser crescente.

Porém, como nem todos são atingidos de igual forma pelos benefícios do regime, ou não percebem como vantagens auto-evidentes alguns destes, como liberdade de expressão ou organização política, os níveis de satisfação com a democracia podem variar.

O segundo tipo de impacto, denominado aqui de **hipótese da satisfação com o resultado eleitoral**, seria que a realização de eleições deveria provocar um aumento do apoio à democracia, tanto no seu aspecto difuso (as regras do jogo) como em seu aspecto específico (o governo eleito).

As eleições presidenciais, no presidencialismo, por sua própria natureza, só podem ter um vencedor. Este vencedor, em geral, deve contar com o apoio da maioria do eleitorado², sendo que o fenômeno da personalização das candidaturas, para além das preferências partidárias, parece estar difundido em todo o continente. A hipótese é que a vitória de um determinado candidato nas eleições afeta a percepção desta parcela da população sobre o regime político, criando uma expectativa positiva que favoreceria a ampliação dos níveis de satisfação com a democracia no ano subsequente às eleições.

A realização de eleições também deveria afetar positivamente o nível de apoio difuso à democracia, na medida em que este mecanismo de escolha dos governantes é legitimado durante o processo eleitoral.

A manutenção deste nível de satisfação, no entanto, dependeria do sucesso deste governante. Assim governantes bem sucedidos, que obtêm a reeleição, deveriam gerar a manutenção de um nível pelo menos estável de satisfação com o regime.

Para verificar-se o impacto das eleições presidenciais sobre o apoio específico medido pelo grau de satisfação com o funcionamento da democracia³, e difuso, medido pela preferência à democracia em relação a outros regimes⁴, na América Latina, este trabalho utiliza os dados do Latinobarômetro no período de 1996 a 2009⁵ para 17 países⁶ (Latinobarômetro, 2012).

O impacto das eleições presidenciais

A análise da relação entre as eleições presidenciais e o apoio à democracia, medido pela aceitação da afirmação de que a democracia é preferível a outra forma de governo é mostrada na Tabela 1, na qual é apresentada a evolução dos dados por país no período, destacando-se os anos em que ocorreram eleições e os valores máximos e mínimos.

Tabela 1
Apoio à democracia na América latina 1996-2009

	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ARGENTINA	71,2	74,7	72,8	70	59,5	64,8	69,1	64,1	66,2	73,1	63	60,3	63,7
BOLIVIA	63,7	65,8	55,5	62,4	61,1	52,2	49,8	48,2	51,8	61,7	66,5	68,1	71,4
BRASIL	50,1	50	47,7	38,2	38,2	36,8	34,7	41,1	37	46,1	43,4	46,9	55,1
COLOMBIA	60	68,8	54,8	50	48,7	38,7	45,7	50,7	46,3	53,3	47,7	58,4	49,6
COSTA RICA	80,3	82,6	69	83	77,5	77,2	77,5	67	73,1	75	82,5	67,1	73,9
CHILE	54,8	61,3	52,7	53,5	51,1	50,5	50,5	60,1	61,8	56,3	45,9	52	59,3
ECUADOR	51,7	41	56,9	54,3	44,9	47,1	44,8	46,4	43,1	54,2	64,5	55,8	43,3
EL SALVADOR	56,3	65,6	79,4	63,4	36,4	40	45,4	50,2	59,2	52	38,7	48,4	67,6
GUATEMALA	50,4	47,8	53,5	44,9	44,9	45,3	33	35,3	32,2	40,8	31,7	34,2	41,6
HONDURAS	42,3	63,3	56,6	64,2	65,1	56,9	54,7	45,5	32,1	50,3	37,9	43,7	55
MEXICO	53,1	51,7	50,7	45	46,4	63,2	53,3	53,2	58,3	54,2	48	43,2	42,1
NICARAGUA	59,1	67,9	71,9	63,9	47,1	62,9	51,3	38,5	56,6	56,5	61,5	58,3	55
PANAMA	74,8	70,9	71,4	62	39,4	55,4	51,3	63,7	52,4	55,1	61,5	55,4	63,9
PARAGUAY	59,4	44,5	51,2	46,2	37,4	41,3	39,1	43,5	33,2	42,8	35,2	52,9	45,7
PERU	62,7	59,9	62,9	64,1	71,4	55,1	49,8	46,3	40,2	54,6	47,4	45	51,9
URUGUAY	80,3	85,5	80,6	82,5	82,5	76,6	78,1	79,8	76,9	77,4	75,1	78,5	81,5
VENEZUELA	62,2	64,1	60,3	61,3	60,9	72,7	67,7	74,2	77,8	70,3	66,7	81,6	83,9
MEDIA	60,7	62,7	61,6	59,3	53,7	55,1	52,7	53,4	52,8	57,3	54,0	55,9	59,1

Fonte: Latinobarômetro, 1996-2009 Resposta: La democracia es preferible a otra forma de gobierno.

Legenda

Ano eleitoral	
Máximo e mínimo	Negrito

A primeira hipótese levantada por este trabalho é de que a realização de eleições presidenciais poderia servir como um fator de socialização política para o desenvolvimento de uma cultura política democrática.

Como se verifica na Tabela 1, embora no período a maioria dos países tenha realizado pelo menos três pleitos presidenciais, não há um indicativo de crescimento do apoio à democracia. A maior média continental no período ocorreu em 1997 e a menor em 2005.

Embora alguns países, como a Bolívia, mostrem um crescimento com o maior percentual em 2009, isto se deu após um período de decréscimo com o menor valor em 2004, ocorrendo uma recuperação posterior.

No período de 13 anos considerado pelas pesquisas do Latinobarômetro há, em alguns países, um grande nível de oscilação em relação à confiança no regime democrático, como pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2
Apoio à democracia na América latina 1996-2009 –
Mínimo, máximo e média

	Mínimo	Máximo	Média	Dif Min/Máx
ARGENTINA	59,5	74,7	67,12	15,2
BOLIVIA	48,2	71,4	59,86	23,2
BRASIL	34,7	55,1	43,48	20,4
COLOMBIA	38,7	68,8	51,75	30,1
COSTA RICA	67	83	75,82	16
CHILE	45,9	61,8	54,60	15,9
ECUADOR	41	64,5	49,85	23,5
EL SALVADOR	36,4	79,4	54,05	43
GUATEMALA	31,7	53,5	41,20	21,8
HONDURAS	32,1	65,1	51,35	33
MEXICO	42,1	63,2	50,95	21,1
NICARAGUA	38,5	71,9	57,73	33,4
PANAMA	39,4	74,8	59,78	35,4
PARAGUAY	33,2	59,4	44,03	26,2
PERU	40,2	71,4	54,72	31,2
URUGUAY	75,1	85,5	79,64	10,4
VENEZUELA	60,3	83,9	69,52	23,6

Fonte: Latinobarômetro, 1996-2009

Em alguns casos o indicativo é de estabilidade com altos níveis de confiança, casos da Costa Rica com máximo de 83% e mínimo de 67% e do Uruguai com máximo de 85,5%, o nível mais alto do continente e mínimo de 75,1, com a menor variação no período. A estabilidade também é indicada pela média alta no período, de 79,6% para o Uruguai e 75,8 para Costa Rica.

Em outros países o nível máximo é alto, mas a variação no período grande, como El Salvador, que variou entre 79,4% em 1998 e 36,4% em 2001, com uma variação de 43 pontos percentuais em três anos e Panamá, que de 74,8% em 1996 baixou a 39,4% em 2001. Estes números voltaram a subir e a cair.

Há casos em que a diferença entre máximo e mínimo não está entre as maiores, porém a média é baixa para o período, indicando pontos máximos baixos, como é o caso do Brasil, com média de 43,4% e máximo de 55,1% e Guatemala com média de 41,2 e máximo de 53,5%. Nestes países, na maior parte do período o percentual de pessoas que considerou a democracia com preferível às outras formas de governo foi inferior a 50%.

A continuidade da democracia, ao longo dos anos, não parece ter efeitos sobre a manutenção do apoio ao regime, que parece sofrer ou de espasmos de euforia e depressão em alguns países, ou mesmo uma constante perda de credibilidade em outros.

A segunda hipótese levantada por este trabalho é de que a realização de eleições presidenciais, vencidas por um candidato apoiado pela maioria dos eleitores poderia ter um efeito positivo sobre o apoio à democracia. Neste caso, o percentual de entrevistados que considera a democracia preferível deveria manter-se estável ou aumentar no ano subsequente à eleição.

Os dados da Tabela 3 mostram que não há um padrão em relação ao impacto dos processos de eleição presidencial na manifestação de apoio à democracia. Em 21 casos houve diminuição do nível de apoio à democracia no ano subsequente à eleição⁷ enquanto em 14 casos houve aumento.

Em alguns casos, o efeito é positivo, com aumento do apoio à democracia, como ocorreu na Nicarágua nas três eleições que ocorreram no período. Nos casos do Equador, Bolívia, Honduras e Paraguai em algumas eleições a mudança foi positiva e em outros foi negativa. Para Brasil, Argentina, Peru e Venezuela as variações foram no sentido negativo. As mudanças percentuais são mínimas em algumas situações e em outras passar dos 15 pontos percentuais, como Peru e Nicarágua em 2002 e Honduras em 2006, indicando a ocorrência de eventos que colocaram em cheque a confiança no processo democrático.

Se o processo eleitoral possui um impacto no nível de confiança na democracia, o que os dados disponíveis não permitem afirmar, este não se dá apenas no sentido positivo, sendo necessário incluir outros fatores da conjuntura local no resultado.

Tabela 3
Diferença de apoio à democracia na América latina entre o ano de eleição presidencial e o ano subsequente 1996-2009

	1996/ 1997	1997/ 1998	2000/ 2001	2001/ 2002	2002 /2003	2003 /2004	2004/ 2005	2005 /2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009
ARGENTINA						-5				-2,7	
BOLIVIA		-10,3			-2,4			9,9			
BRASIL					-2,1				-2,7		
COLOMBIA					7				-5,6		
COSTA RICA					0,3				7,5		
CHILE								-5,5			
EQUADOR	-10,7				-2,3				10,3		
EL SALVADOR							9				
GUATEMALA	-2,6					2,3				2,5	
HONDURAS		-6,7		-8,2				18,2			
MEXICO			1,4						-6,2		
NICARAGUA	8,8			15,8					5		
PANAMA							-11,3				
PARAGUAY						4,4					-7,2
PERU				-16,3					-7,2		
URUGUAY							-2,9				
VENEZUELA			-0,4						-3,6		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Latinobarômetro 1996-2009

Procurando separar o apoio ao regime democrático como instituições abstratas e a avaliação a performance efetiva dos governos foi analisada a variável de satisfação com a democracia, utilizando-se as respostas muito satisfeito e satisfeito em relação à pergunta apresentada na nota 3, para a construção da Tabela 4.

Tabela 4
Satisfação com a democracia

	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	média
ARGENTINA	34,6	41,7	49,5	46,3	21,0	8,3	33,9	33,8	33,9	50,7	33,3	33,9	35,8	35,1
BOLIVIA	24,9	33,4	33,9	22,3	18,0	24,1	24,8	17,5	21,8	39,0	41,2	32,8	49,5	29,5
BRASIL	21,7	23,0	26,8	19,2	24,0	20,7	28,0	27,5	21,5	36,3	30,2	38,0	47,6	28,0
COLOMBIA	16,1	39,8	24,2	27,8	11,6	11,3	22,0	29,4	29,3	33,2	32,3	40,3	42,2	27,6
COSTA RICA	54,0	68,2	53,6	61,3	54,2	74,8	46,5	47,4	38,8	48,4	47,2	43,9	62,9	53,9
CHILE	28,7	37,3	31,9	33,1	26,5	27,7	33,3	42,0	45,6	42,2	36,8	41,2	53,1	36,9
ECUADOR	34,5	30,8	33,8	23,3	16,0	15,7	23,6	13,8	14,1	21,9	34,5	36,7	33,2	25,5
EL SALVADOR	27,9	47,7	47,3	27,5	25,7	38,4	33,3	36,9	36,2	25,2	33,7	37,0	60,3	36,7
GUATEMALA	18,5	40,0	56,9	35,9	19,7	35,3	21,2	20,1	27,8	30,8	30,0	27,0	30,4	30,3
HONDURAS	20,8	49,4	36,7	43,4	34,2	62,2	36,5	29,4	25,6	34,4	30,2	24,9	30,7	35,3
MÉXICO	12,1	44,6	21,1	36,5	28,3	17,7	18,1	18,1	23,2	40,7	30,8	23,3	28,2	26,4
NICARAGUA	24,9	50,8	26,4	16,2	25,7	58,9	31,0	20,4	17,8	25,8	43,2	38,2	35,1	31,9
PANAMA	28,5	39,2	34,0	47,1	23,8	44,2	24,3	35,3	19,9	40,3	37,6	34,2	61,3	36,1
PARAGUAY	21,7	15,5	24,2	12,5	10,8	6,8	9,3	13,5	15,2	11,5	9,1	23,4	31,1	15,7
PERÚ	30,0	20,6	17,9	23,8	18,0	18,0	11,0	5,7	13,0	22,8	17,1	15,8	22,2	18,1
URUGUAY	52,2	64,7	68,2	68,9	56,7	52,7	43,9	44,0	63,0	65,6	66,3	71,2	79,2	61,3
VENEZUELA	30,5	35,8	35,4	54,6	42,3	40,3	37,2	42,0	54,9	56,8	59,3	49,2	49,3	45,2
MEDIA	28,3	40,1	36,6	35,3	26,9	32,8	28,1	28,0	29,5	36,8	36,0	35,9	44,2	33,7

Fonte: Latinobarômetro, 1996-2009

Verifica-se que a variação é maior ainda no nível de satisfação com a democracia do que em relação ao apoio, o que pode identificar as diferenças de percepção entre regimes e governos.

Embora alguns países apresentem níveis próximos entre o apoio e a satisfação com a democracia, em geral os níveis de satisfação são menores. Enquanto em nenhum país o nível de apoio à democracia foi menor que 30% em todo o período, este patamar é comum na avaliação da satisfação com o desempenho do regime, sendo que em países como Paraguai e Peru é predominante.

Uma das hipóteses apresentadas é que a realização de eleições teria um efeito positivo no nível de satisfação com o regime, na medida em que tendo sido eleito um candidato pela maioria dos votos, no ano seguinte, sendo seu primeiro ano de governo haveria uma expectativa positiva da maioria da população, o que deveria provocar uma variação positiva no nível de satisfação da democracia entre o ano da eleição e o ano seguinte. Esta variação seria maior quando um governo em final de mandato impopular é substituído por um novo e deveria manter-se estável quando um governante é reeleito para um novo mandato.

Pode-se verificar na Tabela 5 que o padrão de variação no nível de satisfação entre o ano de realização da eleição e o ano seguinte tende a ser maior do que a variação do nível de confiança no regime democrático. Também é maior o número de países que teve variação positiva (19) do que os com variação negativa (16).

Enquanto em alguns casos a variação foi positiva, como na Nicarágua, nos três períodos considerados, chegando a 33,1% entre 2001 e 2002, em outros o efeito foi negativo, como na Costa Rica, que foi de -28,3% entre 2002 e 2003. Os resultados indicam que em algumas situações a eleição provoca um efeito de expectativa positiva, enquanto em outros o efeito é negativo.

Embora possa se considerar que poderia ter um efeito negativo no percentual a posição dos eleitores cujo candidato foi derrotado, os percentuais baixos de satisfação, no entanto, somente podem ser alcançados se mesmo a parcela da população cujo candidato foi vencedor tenha manifestado níveis de insatisfação. Assim, nem mesmo a vitória do candidato apoiado é suficiente para gerar uma avaliação positiva de desempenho do regime.

Tabela 5
Diferença de Satisfação com a Democracia entre o ano de eleição presidencial e o ano subsequente 1996-2009

	1996/ 1997	1997/ 1998	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009
ARGENTINA						-0,09				0,67	
BOLÍVIA		0,46			0,70			17,25			
BRASIL					7,30				-6,06		
COLOMBIA					10,73				-0,83		
COSTA RICA					-28,29				-1,20		
CHILE								-3,42			
ECUADOR	-3,75				7,85				12,58		
EL SALVADOR							-0,66				
GUATEMALA	21,50					-1,09				-3,00	
HONDURAS		-12,66		27,92				8,80			
MÉXICO			-8,20						-9,83		
NICARAGUA	25,90			33,13					17,40		
PANAMA							-15,36				
PARAGUAY						4,18					7,67
PERÚ				0,03					-5,75		
URUGUAY							19,00				
VENEZUELA			-12,26						2,42		

Elaboração própria com base nos dados do Latinobarômetro 1996-2009

Os níveis máximos de satisfação com a democracia (Tabela 6) alcançam níveis muito inferiores ao apoio difuso ao regime, sofrendo o impacto direto da conjuntura política.

As maiores médias no período correspondem a Costa Rica e Uruguai, embora não tenham a menor diferença entre o máximo e o mínimo. Isto se explica por

terem os maiores máximos. Nestes dois países o apoio e a satisfação com a democracia andam relativamente juntos, ainda que a satisfação tenha uma oscilação maior.

Em outro caso, o da Argentina, há um descolamento entre o apoio à democracia, que se manteve em níveis altos em todo o período, e a satisfação, que em determinado momento foi a terceira menor do continente, sendo a segunda menor diferença entre o mínimo e o máximo, perdendo apenas para a Nicarágua. Este fato pode ser explicado pela dura crise sofrida entre 2001 e 2002, que culminou com a queda do Presidente De la Rúa.

Tabela 6
Níveis de Satisfação com a democracia no período 1996-2009
Mínimo, Máximo e Média

	Mínimo	Máximo	Média	Dif min/max
ARGENTINA	8,33	50,67	35,14	42,33
BOLÍVIA	17,50	49,50	29,47	32,00
BRASIL	19,20	47,59	28,04	28,39
COLOMBIA	11,25	42,17	27,64	30,92
COSTA RICA	38,80	74,75	53,93	35,95
CHILE	26,52	53,08	36,87	26,57
ECUADOR	13,80	36,67	25,51	22,87
EL SALVADOR	25,20	60,30	36,70	35,10
GUATEMALA	18,50	56,90	30,28	38,40
HONDURAS	20,80	62,15	35,26	41,35
MÉXICO	12,10	44,62	26,35	32,52
NICARAGUA	16,20	58,86	31,87	42,66
PANAMA	19,94	61,30	36,13	41,36
PARAGUAY	6,82	31,08	15,73	24,26
PERÚ	5,70	30,00	18,14	24,30
URUGUAY	43,92	79,17	61,27	35,25
VENEZUELA	30,50	59,25	45,20	28,75

Fonte: Latinobarômetro, 1996-2009

Um dos países freqüentemente citado pela mídia como tendo potencialmente problemas no funcionamento da democracia, no entanto, contradiz em parte com os dados estas afirmações. A Venezuela têm a terceira maior média de apoio e de satisfação com a democracia no período, atrás de Uruguai e Costa Rica, sendo os valores mais baixos de no período de 1996 a 1998, indicando que o regime cresceu em popularidade e não o contrário. Neste sentido o acirramento de facções políticas no país pode ser interpretado como uma divergência entre elites que necessariamente não tem o mesmo impacto na população como um todo.

Conclusões preliminares

Na história do subcontinente americano de colonização ibérica o período recente é provavelmente o de maior estabilidade dos regimes políticos, ainda que subsistam alguns casos de interrupção dos mandatos presidenciais, seja por forma legais, seja por rompimento da ordem democrática, conforme discutido por Hochstetler (2007).

Nas últimas duas décadas as eleições passaram a ser parte do cotidiano e não mais exceções, com a sucessão pacífica entre ocupantes do posto presidencial tornando-se a regra e não a exceção.

Neste trabalho se buscou verificar se é possível verificar um impacto destes processos eleitorais no apoio específico e difuso à democracia, conforme a medida aportada pelos dados do Latinobarômetro.

Foram formuladas duas hipóteses sobre efeitos possíveis. Uma relativa aos efeitos de longo prazo, que foi denominada de hipótese da socialização. A outra, referente aos efeitos conjunturais, chamada de hipótese da satisfação com o resultado eleitoral.

Estariam separadas, assim, uma variável que deveria ser resultante de processos relativamente estáveis e de longo prazo, fruto da socialização e da relação com as instituições, que é o apoio à democracia, e uma variável conjuntural, que é a satisfação com o regime existente ou com o ocupante do poder executivo, que mediria os resultados concretos e seria afetada pelas crises econômicas e políticas.

Esta proposição, no entanto, parte de uma concepção de formação de valores estáveis entre os cidadãos, em sua avaliação das instituições, com a capacidade de discernir entre os valores universais da democracia, de caráter permanente, e os valores de apoio a um candidato ou corrente política.

A volatilidade do apoio político, a inexistência, na maioria dos países, de sistemas partidários consolidados, a baixa identificação da população com os partidos, de alguma forma contradiz esta a aplicação desta perspectiva teórica na América latina.

Os dados analisados indicam que não houve uma consolidação do apoio difuso à democracia de forma generalizada. Mesmo após a passagem de um período relativamente longo depois do fim dos regimes autoritários, na maioria dos países não há uma estabilidade no nível de apoio à democracia.

Há, por um lado, exceções como Uruguai e Costa Rica, cujos processos políticos internos podem explicar a manutenção de uma população majoritariamente aderente à democracia. A Argentina também demonstra alguma solidez, com o apoio ao regime tendo sobrevivido ao duplo golpe de uma crise econômica e uma crise institucional. Por outro lado, há casos como o Brasil, em que a estabilidade se dá na manutenção de baixos níveis de confiança no regime democrático, mesmo em períodos de aparente bonança e econômica e satisfação com os resultados.

Portanto, não seria possível afirmar que a realização contínua de eleições tenha resultado no aumento do apoio abstrato ao regime democrático. A manutenção de processos eleitorais não resultou em uma socialização no sentido de valoração positiva da democracia. Ao contrário, há uma oscilação da variável, sem um sen-

tido único do efeito do processo eleitoral, que ora foi seguido de uma ampliação no apoio, ora seguida de uma queda. A hipótese da socialização política, portanto, não é confirmada, pois há grande variação de resultados entre os países. A vivência do processo democrático em eleições periódicas não é ingrediente suficiente para garantir a sua sobrevivência e considerar um maior nível de qualidade do regime.

De outro lado, a segunda hipótese é referente aos efeitos conjunturais do processo eleitoral. A satisfação com o resultado eleitoral poderia gerar, como efeitos residuais, tanto o aumento do apoio abstrato à democracia, como a satisfação com o regime existente.

No primeiro caso, a não separação conceitual por parte dos alguns cidadãos, da avaliação do regime como espécie em relação ao sucesso de seu candidato poderia levar a um aumento das respostas de apoio à democracia por parte dos partidários do grupo vitorioso, constituindo uma maioria.

Constata-se, no entanto pelos dados, que em muitos casos houve uma queda do apoio no ano subsequente à eleição. A vitória de um candidato não é condição suficiente para garantir igual apoio ao regime democrático. O apoio parece limitar-se ao voto pessoal.

No segundo caso, o efeito conjuntural seria do aumento da satisfação com o regime existente provocado pela vitória eleitoral majoritária nas eleições presidenciais. O que os dados demonstram é que este efeito não é previsível. Não apenas muitos casos indicam a queda da satisfação com a democracia no ano subsequente, como os níveis de satisfação permanecem muito abaixo dos 50%, o que permitir concluir que mesmo eleitores que apoiaram o candidato vencedor permanecem insatisfeitos com o regime democrático. No caso da Costa Rica, por exemplo, enquanto o apoio à democracia permanece estável, a satisfação teve uma importante queda depois de 2002.

Portanto, segundo estes dados, a hipótese da satisfação com o resultado eleitoral também não se confirma. A vitória de um candidato apoiado pela maioria não se traduz em uma satisfação com os resultados do regime. Aparentemente os eleitores não dão créditos de confiança no primeiro ano de governo, mas ao contrário, desejam resultados imediatos, traduzindo em insatisfação quando eles não ocorrem, tenham ou não apoiado o incumbente,

Com relação à disjuntiva apresentada no título, nem as instituições, na forma do processo eleitoral, nem as pessoas, representadas na imagem dos candidatos eleitos, consegue explicar de forma abrangente as variações dos níveis de apoio à democracia no continente. Quais as conseqüências desta análise para o debate sobre a qualidade da democracia?

Se considerarmos que o funcionamento das instituições não ocorre em um espaço abstrato, de interação entre indivíduos dotados de uma racionalidade universal, cujas escolhas se dão por preferências estáveis e pré-estabelecidas, mas depende dos valores desenvolvidos pelos cidadãos concretos, que podem favorecer ou prejudicar a manutenção ou mesmo sobrevivência destas instituições, há campo para preocupação.

São poucos os países na América latina que tenham conquistado uma posição estável no apoio à democracia. Os mais populosos e de maior peso econômico, Brasil e México, estão entre os com manifestação de posição mais ambígua em relação ao regime democrático.

Os anos seguidos de democracia não parecem ter gerado populações com maiorias qualificadas sólidas dispostas à apoiar a democracia contra qualquer alternativa. E o período democrático tampouco foi capaz de resolver os problemas sociais existentes e gerar um patamar mínimo de satisfação com os resultados entregues pelo regime.

A flutuação tanto no apoio como com a satisfação com a democracia denota uma baixa qualidade da democracia, ao menos aos olhos da população. Se a conjuntura atual não é apropriada para o ressurgimento de regimes autoritários, nos moldes existentes nos anos 60 e 70 do século passado, porém alternativas à democracia plena parecem disponíveis, como as rupturas e interrupções de mandatos com sustentação em justificativas legais dúbias ou contestáveis, ou a personificação do poder por lideranças carismáticas pouco afeitas aos limites institucionais do exercício do poder. Em ambos os casos, os democratas devem estar dispostos a mobilizar os indecisos para que o pêndulo da balança nunca ultrapasse o limite da sobrevivência do regime.



Referencias

1. Embora seja um conceito geograficamente sujeito a discussão, em geral considera-se incluídos os países de colonização ibérica, que no continente adotaram o presidencialismo como sistema de governo, ao contrário dos países de colonização britânica, cuja maioria é parlamentarista.
2. As regras variam entre os países que exigem maioria absoluta, com a possibilidade de um segundo turno entre os candidatos mais votados ou uma maioria qualificada. São raros os casos de eleição por maioria simples.
3. A questão utilizada foi En general, ¿Diría Ud. que está muy satisfecho, más bien satisfecho, no muy satisfecho o nada satisfecho con el funcionamiento de la democracia en (país)? A análise é feita com a soma das respostas [1] Muy satisfecho e [2] Mas bien satisfecho.
4. A questão utilizada foi ¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo? A análise se baseia na resposta [1] La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno.
5. Excetuado o ano de 1999, para o qual não há dados.
6. Estão incluídos todos os países de colonização ibérica da América Central e do Sul. A República Dominicana foi excluída por não contar com dados para todo o período.
7. Devido à ausência de dados para o ano de 1999 não são incluídos os casos de países com eleições em 1999.

Bibliografía

- G. ALMOND e S. VERBA (1989), *The Civic Culture - Political attitudes and democracy in five nations*, Newbury Park, Sage.
- M. BAQUERO (2007), “Obstáculos Formais à Democracia Social – Poliarquia, Cultura Política e Capital Social no Brasil”, in R. S. GONZALEZ, *Perspectivas sobre Participação e Democracia no Brasil*, Ijuí, Ed. Unijuí.
- M. BAQUERO (2011), “Padrões de Constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI”, in M. BAQUERO, *Culturas(s) Política(s) e democracia no Século XXI na América Latina*, Porto Alegre, Ed. UFRGS.

- M. BAQUERO & S. GONZÁLEZ (2011), “Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010”, in *Opinião Pública*, 17(2).
- N. BOBBIO (1982), *A Teoria das Formas de Governo*, Brasília, Ed. UnB.
- D. EASTON (1957), “An approach to the analysis of political systems”, in *World politics*, 9 (03).
- D. EASTON (1968), *Uma teoria de análise política*, Rio de Janeiro, Zahar.
- L. KECIC (2007), *The Economist Intelligence Unit's index of democracy*, in: *The World in 2007*, Washington, The World Bank.
- R. GONZÁLEZ e H. CASTRO (2008), “Democracia participativa, desarrollo y capital social”, in *Revista Política*, Universidad de Chile, Santiago de Chile.
- A. HAMILTON, J. MADISON, & J. JAY (1984), *O federalista*, trad. de Heitor Almeida Herrera. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- S. HUNTINGTON (1994), *A terceira onda: a democratização no final do século XX*, São Paulo, Ática.
- K. HOCHSTETLER (2007), “Repensando o Presidencialismo: contestações e quedas de Presidentes na América do Sul”, in *Lua Nova*, São Paulo, 72.
- R. INGLEHART (2003), “How solid is mass support for democracy—and how can we measure it?”, in *Political Science and Politics*, 36 (01).
- R. INGLEHART e C. WELZEL (2009), *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo, Ed. Verbena.
- LATINOBARÓMETRO (2012), *Bancos de dados 1995-2009*, Santiago do Chile, Corporación Latinobarómetro.
- W. MISHLER and R. ROSE (2001), “Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures”, in *International Political Science Review*, Vol. 22, N. 4.
- J. A. MOISÉS (Org.) (2010), *Democracia e Confiança - Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Democráticas?*, 1 ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- J. A. MOISÉS (2005), “A desconfiança nas instituições democráticas”, in *Opinião Pública* [online], Vol.11, N.1.
- L. MORLINO (2007), “Explicar la calidad democrática: ¿Qué tan relevantes son las tradiciones autoritarias?”, in *Revista de Ciência Política*, Vol. 27, N. 3, Santiago de Chile.
- L. MORLINO (2010), “Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas?””, in MOISÉS, José Alvaro, *Democracia e Confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?*, São Paulo, Edusp.
- P. NORRIS (Ed.) (1999), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press.
- G. O'DONNELL (2013), “Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos”, in *Revista Debates*, 7 (1), 15.
- C. PATEMAN (1992), *Participação e teoria democrática*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- J. J. ROUSSEAU (1990), *Do contrato social e discurso sobre a economia política*, São Paulo, Hemus.
- P. SCHMITTER (2004), “The ambiguous virtues of accountability”, in *Journal of Democracy*, 15 (4).
- TUCÍDIDES (1982), *História da guerra do Peloponeso*, Brasília, Ed. Unb.
- A. WOLFE (1980), “O mal-estar do capitalismo: democracia, socialismo e as contradições do capitalismo avançado”, in CHAUI, Marilena e outros, *A questão da Democracia*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/CEDEC.

Recibido: 15/03/2014. Aceptado: 18/05/2014.

Rodrigo Stumpf González, “Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina”. *Revista Temas y Debates*. ISSN 1666-0714, año 18, número 28, julio-diciembre de 2014, pp. 13-28.